



MINISTÉRIO DA CIDADANIA – MC
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**275ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social - CNAS**

Ata da ordem do dia 08 e 09 de maio de 2019

Brasília – DF

MINISTÉRIO DA CIDADANIA – MC
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 275ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF.

Data: 08 e 09/05/2019

1 Aos oito e nove dias do mês de maio de dois mil e dezenove realizou-se a 275ª Reunião Ordinária
2 do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação da Conselheira Titular Norma
3 Suely de Souza Carvalho, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e
4 Representante da CAPEMISA – Instituto de Ação Social. Estiveram presentes os seguintes
5 Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Maria Yvelônia dos Santos Araújo
6 Barbosa, Representante do Ministério da Cidadania - MC; Conselheira Titular Mariana de Sousa
7 Machado Neris, Representante do Ministério da Cidadania - MC; Conselheiro Titular Allan
8 Camello Silva, Representante do Ministério da Cidadania - MC; Conselheiro Titular Bruno
9 Henrique Benfica da Câmara Pinto, Representante do Ministério da Cidadania- MC; Conselheira
10 Titular Maria Amélia Sasaki, Representante do Ministério da Cidadania - MC; Conselheira
11 Suplente Kariny Geralda Alves Veiga, Representante do Ministério da Cidadania - MC;
12 Conselheiro Suplente Ayrton Maurício Azeredo Silva, Representante do Ministério da Cidadania -
13 MC; Conselheiro Suplente Márcio Fernandes Maurício, Representante do Ministério da Cidadania -
14 MC; Conselheira Titular Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério da
15 Cidadania - MC; Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum
16 Nacional dos Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Titular
17 Marisa Rodrigues da Silva, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de
18 Assistência Social – CONGEMAS; Conselheiro Suplente Josenildo André Barboza, Representante
19 do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheiro
20 Suplente Vandré Luiz Meneses Brilhante, Representante do Centro Integrado de Estudos e
21 Programas de Desenvolvimento Sustentável – CIEDS; Conselheiro Titular Maurício José Silva
22 Cunha, Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI; Conselheira
23 Titular Rozangela Borota Teixeira, Representante da Federação Brasileira de Associações
24 Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA; Conselheira Suplente Ivone Maggioni Fiore,
25 Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais –

26 FENAPAES; Conselheira Suplente Vânia Maria Machado, Representante da Federação Nacional
27 dos Psicólogos - FENAPSI; Conselheiro Titular Benedito Augusto de Oliveira, Representante da
28 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT - CNTSS/CUT;
29 Conselheira Suplente Irene Rodrigues da Silva, Representante da Confederação dos (as)
30 Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal - CONFETAM/CUT; Conselheira Titular
31 Margareth Alves Dallaruvera, Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais -
32 FENAS; Conselheira Suplente Ana Lúcia Soares, Representante da Associação Brasileira de
33 Terapeutas Ocupacionais – ABRATO; Conselheira Titular Aldenora Gomes González,
34 Representante do Instituto Eco Vida; Conselheira Titular Solange Bueno, Representante do Fórum
35 Nacional dos Usuários do SUAS; Conselheiro Suplente Aguinaldo Umberto Leal, Representante do
36 Fórum Regional dos Usuários do SUAS da Amazônia Oriental – FORUSUAS/AOR; Conselheiro
37 Titular Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil –
38 ONCB; Conselheira Suplente Jani Betânia Souza Capibaribe, Representante da Associação
39 Brasileira de Autismo - ABRA. **ABERTURA 08/05/2019:** A Conselheira Norma Suely de Souza
40 Carvalho, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante da
41 CAPEMISA – Instituto de Ação Social, iniciou a reunião cumprimentando a todos e solicitou que a
42 Secretária Executiva do CNAS realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum, colocou
43 para apreciação dos conselheiros a Ata da 274ª Reunião Ordinária do CNAS, a qual foi aprovada
44 por unanimidade. Em seguida, informou que a pauta da 275ª Reunião Ordinária do CNAS está
45 composta pelos seguintes itens: Dia 08/05/2019: 09h00 às 09h30 – Aprovação da Ata da 274ª
46 Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 275ª Reunião Ordinária do CNAS; das 09h30 às 10h00
47 – Informes da Presidência/Secretaria Executiva, Ministério da Cidadania, FONSEAS,
48 CONGEMAS, CIT e Conselheiros; das 10h00 às 12h00 – Discussão e apresentação da Resolução
49 CNAS nº 15, de 25 de abril de 2019, que revoga as Resoluções nº 12, 13 e 14, de 18 de abril de
50 2019; das 14h00 às 16h00 – Palestra sobre a “Seguridade Social”; das 16h00 às 18h00 – Relato da
51 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências. Dia 09/05/2019: das 09h00 às
52 10h00 – Relato da Presidência Ampliada; das 10h00 às 11h00 – Decreto nº 9.759, de 11 de abril de
53 2019 – Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração
54 pública federal; das 11h00 às 12h30 – Relato da Comissão de Financiamento da Assistência Social
55 e Relato da Comissão de Política da Assistência Social; das 14h30 às 15h30 – Relato da Comissão
56 de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; das 14h30 às 16h30 – Relato da

57 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 16h30 às 18h00 – Relato
58 da Comissão de Normas da Assistência Social. Colocou-a para deliberação dos conselheiros, sendo
59 aprovada por unanimidade. Seguindo para os informes da Presidência/Secretaria Executiva, a Sra.
60 Maria Auxiliadora Pereira, Secretaria Executiva do CNAS, informou que justificaram a ausência os
61 seguintes conselheiros: a Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima, nessa reunião ordinária, por
62 motivos de férias; a Presidente Norma Suely de Souza Carvalho, nos dias 02 e 03 de maio de 2019
63 na reunião da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências, por compromissos
64 institucionais; a Conselheira Aline Araújo Silva, no dia 06 de maio de 2019 na reunião do Grupo de
65 Trabalho dos Povos Indígenas e nos dias 08 e 09 de maio de 2019 na reunião ordinária, por
66 compromissos institucionais; o Conselheiro Ricardo Gadelha de Abreu, nessa reunião ordinária, por
67 motivo de férias; o Conselheiro Fernando Macedo Brandão, nessa reunião ordinária, por motivo de
68 saúde; o Conselheiro Marcos Maia Antunes, no dia 08 de maio de 2019, por motivo de agenda
69 institucional; a Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa, nessa reunião ordinária. Convocações
70 e Participações: os Conselheiros Nacionais, que integram a Comissão de Monitoramento das
71 Deliberações das Conferências Nacionais, foram convocados para a reunião extraordinária nos dias
72 02 e 03 de maio de 2019, em Brasília/DF; os Conselheiros Nacionais, que integram a Comissão de
73 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, foram convocados para reunião no dia
74 06 de maio de 2019, em Brasília/DF; os conselheiros integrantes do Grupo de Trabalho de Povos
75 Indígenas foram convocados para reunião no dia 06 de maio de 2019, em Brasília/DF; os
76 conselheiros titulares e suplentes foram convocados para 275ª Reunião Ordinária do CNAS, no
77 período de 07 a 09 de maio de 2019, em Brasília/DF; o Conselheiro Maurício José Silva Cunha foi
78 convocado para representar o CNAS na 10ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos ao
79 Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do Conselho Nacional de Direitos Humanos, no dia 07
80 de maio de 2019, em Brasília/DF; a Conselheira Solange Bueno foi convocada para representar o
81 CNAS no Encontro Nacional de Orientação e Mobilidade – ENOM, no período de 16 a 18 de maio
82 de 2019, em São Paulo/SP; o Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal foi convocado para representar
83 o CNAS na 171ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite – CIT no dia 21 de maio
84 de 2019, em Brasília/DF; a Conselheira Kariny Geralda Alves Veiga foi convocada para participar
85 da Reunião Regional do CNAS, nos dias 27 e 28 de maio de 2019, em Vitória/ES; a Conselheira
86 Ana Lúcia Soares foi convocada para representar o CNAS na mesa de abertura do 13º Encontro de
87 Apoio Técnico do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS no dia 29 de maio de 2019, em

88 Brasília/DF; o Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal foi convocado para participar da Reunião
89 Regional do CNAS, nos dias 30 e 31 de maio de 2019, em Boa Vista/RR. Participações da
90 Presidente: 43º Encontro do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social –
91 FONSEAS em São Paulo/SP. Convocação dos servidores da Secretaria Executiva: as servidoras
92 Regina Célia Cortes Sermoud e Maria Cristina Abreu Martins de Lima foram convocadas para
93 prestar apoio técnico operacional na Reunião Regional Sul/Sudeste do CNAS, no período de 26 a
94 28 de maio de 2019, em Vitória/ES; as servidoras Bianca Lazarini Cunha e Mirelle Campos da
95 Silva Dantas foram convocadas para prestar apoio técnico operacional na Reunião Regional Norte
96 do CNAS, no período de 29 a 31 de maio de 2019, em Boa Vista/RR. *E-mails* enviados os
97 conselheiros do CNAS: Apresentações feitas durante a 274ª Reunião Ordinária do CNAS; Informes
98 do Comitê Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas – CONATRAP; Apresentação do
99 Conselho de Recursos da Previdência Social; Apresentação “Serviços de Acolhimento no SUAS”;
100 memórias pós-plenária das Comissões Temáticas; Pauta da 275ª Reunião Ordinária do CNAS;
101 Boletim de acompanhamento de proposições e tramitações do PL 8420/2017. Resoluções, Decretos,
102 Leis e Portarias publicadas no Diário Oficial: Resolução nº 10, de 18 de abril de 2019, que dispõe
103 sobre a aprovação do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de
104 Assistência Social – 1º Trimestre – Exercício de 2019; Resolução nº 11, de 18 de abril de 2019, que
105 altera a Resolução nº 05/2018, que designa membros suplentes representantes governamentais para
106 compor o CNAS; Resolução nº 12, de 18 de abril de 2019, que dispõe sobre a composição
107 extraordinária da 12ª Conferência Nacional Extraordinária de Assistência Social revogada pela
108 Resolução CNAS nº 15/2019; Resolução nº 13/2019, de abril de 2019, que designa a Comissão
109 Organizadora da 12ª Conferência Nacional Extraordinária de Assistência Social revogada pela
110 Resolução CNAS nº 15/2019; Resolução nº 14, de abril de 2019, que estabelece normas gerais para
111 a realização das Conferências Extraordinárias de Assistência Social no âmbito nacional, estadual e
112 do Distrito Federal – DF revogada pela Resolução CNAS nº 15/2019; Resolução nº 15, de 25 de
113 abril de 2019, que revoga as Resoluções nº 12, 13 e 14, de 18 de abril de 2019. CNAS Informa:
114 Frente em Defesa do Sistema Único de Assistência Social será relançada na terça-feira, 12 de abril
115 2019; Novo cronograma de cadastramento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada –
116 BPC não inscritos no Cadastro Único, 15 de abril de 2019; Ministro garante recursos para o
117 pagamento da 13ª parcela do Programa Bolsa Família, 16 de abril de 2019; Relançada a Frente em
118 Defesa do Sistema Único de Assistência Social, 16 de abril de 2019; Frente Parlamentar defende

119 Comunidades Terapêuticas, 23 de abril de 2019; Plataforma Virtual de Combate a Violência
120 Domestica atenderá vítimas e propõem soluções, 23 de abril de 2019; Comissão Especial da
121 Reforma da Previdência será instalada nessa quinta-feira, 24 de abril de 2019; Plenário aprova
122 projeto que cria Carteira de Identificação da Pessoa Autista, 24 de abril de 2019; Lelo Coimbra
123 assume presidência da Comissão Intergestores Tripartite da Assistência Social – CIT, 29 de abril de
124 2019; CNAS revoga resoluções sobre a 12ª Conferência Nacional Extraordinária de Assistência
125 Social, 29 de abril de 2019; Semana de reunião do CNAS, 06 de maio de 2019. Datas
126 Comemorativas de Maio: dia 1º - Dia do Trabalhador; dia 05 – Dia da Comunidade; dia 12 – Dias
127 das Mães; dia 13 – Dia da Abolição da Escravatura; dia 15 – Dia do Assistente Social; dia 17 – Dia
128 Internacional contra a Homofobia; dia 18 – Dia Nacional ao Enfretamento ao Abuso Sexual e a
129 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Aniversariantes de Maio: dia 02 – Conselheira
130 Vânia Maia Machado. Antes de seguir para o próximo informe, a Presidente Norma Sueley de Souza
131 Carvalho solicitou que fosse realizada uma alteração na pauta, transferindo a discussão e
132 apresentação da Resolução CNAS nº 15, de 25 de abril de 2019, que revoga as Resoluções nº 12, 13
133 e 14, de 18 de abril de 2019 para o período da tarde e realizado o relato da Comissão de
134 Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais em seu horário. Prosseguindo para os
135 informes do Ministério da Cidadania - MC, a Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris,
136 Representante do Ministério da Cidadania - MC, destacou o esforço realizado em todo país para o
137 cadastramento dos beneficiários do BPC no Cadastro Único, sobretudo, dos municípios. A
138 Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério da Cidadania - MC,
139 relatou que o Departamento de Benefícios Assistenciais - DBA deu início à operacionalização do
140 cronograma de escalonamento de notificação e repercussão do BPC para aqueles beneficiários que
141 ainda não realizaram a inclusão no Cadastro Único previsto na Portaria do Ministério da Cidadania
142 nº 631/2019. Explanou que os beneficiários que ainda não buscaram as gestões municipais para
143 providenciar o seu cadastro foram divididos em 12 lotes mensais com base no mês de aniversário,
144 salientando que essas pessoas já vinham sendo notificadas por meio do Demonstrativo de Crédito
145 do Benefício – DCB. Acrescentou que foram enviadas 93.036 cartas com aviso de recebimento para
146 o endereço registrado no Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS dos beneficiários
147 aniversariantes em janeiro não localizados no Cadastro Único, que terão até o dia 30 de junho para
148 se cadastrarem. Ilustrou que o bloqueio do pagamento do benefício será realizado somente quando
149 não houver êxito na notificação por AR conforme o cronograma completo disponível no *site* do

150 Ministério da Cidadania - MC. Discorreu que, do total de 4.632.635 de pessoas idosas e pessoas
151 com deficiência do BPC, foi verificado que 3.520.000 encontram inseridos no Cadastro Único,
152 restando 1.112.300 para se registrarem. Arrazoou que houve uma ligeira queda no número de
153 cadastros no mês de abril em relação ao mês de março devido ao processo de atualização cadastral
154 que é conduzido anualmente pelo Departamento do Cadastro Único, sendo que 44.950 cadastros de
155 famílias com algum beneficiário do BPC foram excluídos, 9.874 por motivo de desatualização das
156 informações a mais de 48 meses e 35.085 por não atualizarem as informações na averiguação
157 cadastral de 2018. Destacou que o DBA vem reforçando as orientações diante essas questões,
158 ponderando que foram atualizada as “Perguntas Frequentes” sobre a inclusão dos beneficiários do
159 BPC no Cadastro Único e foi vinculada uma entrevista em vídeo com o Diretor do DPA na página
160 da Associação Nacional dos Servidores Públicos da Previdência e da Seguridade Social – ANASPS
161 no dia 26 de maio de 2019, esclarecendo o cronograma para regularização da situação cadastral aos
162 servidores do INSS. Finalizando, relatou que a equipe técnica do DBA participou do Encontro do
163 Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS Regional
164 Nordeste realizado em São Luís/MA, nos dias 29 e 30 de abril de 2019, e conduziu as oficinas sobre
165 Benefícios Eventuais e inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro Único para cerca de 320
166 gestores e técnicos municipais da Assistência Social. A Conselheira Mariana de Sousa Machado
167 Neris informou que a Câmara Técnica de Serviços de Acolhimento necessitará de mais tempo para
168 consolidação dos documentos elaborados no âmbito da CIT sobre os serviços de acolhimento para
169 pessoas idosas, destacando que esses documentos serão protocolados pelo FONSEAS e pelo
170 CONGEMAS na reunião da CIT em julho de 2019 e posteriormente na reunião do CNAS. Com
171 relação ao fluxo de identificação do trabalho infantil, postulou que o Ministério da Cidadania - MC,
172 por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, lançou o Fluxo de Identificação do
173 Trabalho Infantil para qualificar o enfrentamento da exploração do trabalho infantil de crianças e
174 adolescentes nos municípios brasileiros em abril de 2019, salientando que o objetivo desse fluxo é
175 servir como instrumento de gestão elaborado para instruir as redes locais para o encaminhamento
176 dos casos identificados. Explanou que é importante que esse fluxo seja pactuado pelas diversas
177 políticas públicas que compõem a rede de atendimento ou pelo Conselho Municipal dos Direitos da
178 Criança e do Adolescente e explicou que, por não se tratar de modelo “engessado”, o fluxo pode ser
179 adequado a realidade dos territórios municipais, ressaltando que não há obrigatoriedade no uso
180 desse instrumento caso os municípios já estejam desenvolvendo os seus próprios fluxos. Ilustrou

181 que o Fluxo de Identificação do Trabalho Infantil foi elaborado pela SNAS e submetido à consulta
182 pública, ponderando que o Ministério da Saúde também apresentou as suas contribuições. O
183 Conselheiro Allan Camello Silva, Representante do Ministério da Cidadania, notificou que a SNAS
184 enviou, no dia 17 de janeiro de 2019, notificações aos municípios que informaram ao censo que não
185 possuíam Plano de Assistência Social ou que o mesmo não tinha sido aprovado pelo Conselho
186 Municipal de Assistência Social. Elucidou que o objetivo é o cumprimento do Inciso III do art. 30
187 da LOAS, que condiciona a existência de Plano de Assistência Social aprovado pelo respectivo
188 Conselho de Assistência Social como um dos requisitos de repasse de recursos. Relatou que essa
189 ação dá continuidade ao Plano de Ação em resposta ao Acórdão nº 2404/2017 do TCU. Informou
190 que foram notificados 588 municípios, sendo que 364 enviaram toda a documentação, 73
191 municípios informaram que estão em fase de elaboração ou deliberação do plano e 151 municípios
192 não respondem a notificação. Esclareceu que a SNAS reiterará a notificação aos municípios que não
193 responderam, a fim de que encaminhem os planos aprovados até o final do primeiro semestre de
194 2019. A Sra. Heloísa Egas, Diretora Substituta do Departamento de Proteção Social Básica – DPSB,
195 explanou que com a criação do Ministério da Cidadania - MC houve a unificação de três grandes
196 frentes de atuação (desenvolvimento social, cultura e esporte) e surgiu a necessidade de qualificar e
197 integrar essas frentes. Articulou que, além dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais
198 da SNAS, o Ministério da Cidadania - MC é responsável pela gestão dos Centros de Artes e Esporte
199 Unificados, conhecidos por Praça CEU, que foram instituídos por uma portaria ministerial de 2010
200 com o objetivo de fomentar a criação de equipamentos intersetoriais para a oferta de políticas
201 públicas. Acrescentou que o Ministério também é responsável pelos Centros de Iniciação Esportiva
202 – CIE que foram instituídos por uma portaria do Ministério do Esporte, em 2013, que visa ampliar a
203 oferta de infraestrutura de equipamentos esportivos qualificados e incentivar a iniciação esportiva
204 em territórios de vulnerabilidade social de grandes cidades brasileiras. Manifestou que os Centros
205 de Referência de Assistência Social – CRAS foram contemplados com a criação das Praças CEU,
206 com a inclusão nos projetos arquitetônicos de estrutura física própria em conformidade com as
207 normativas do SUAS. Discorreu que, para potencializar a utilização desses espaços, o Ministério da
208 Cidadania - MC está editando uma portaria com o objetivo de unificar esses equipamentos sob um
209 único nome, que passarão a ser chamados de “Estação Cidadania”, ponderando que a ideia é
210 realizar a implementação por etapas, apresentando as mesmas. Diante dessa proposta, destacou que
211 possuem a perspectiva de fortalecimento do papel das políticas no desenvolvimento da autonomia e

212 do protagonismo das comunidades e a superação das condições de vulnerabilidade social existente
213 no território. Iniciando os informes do FONSEAS, a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima,
214 Representante do Fórum Nacional dos Secretários (as) de Estado da Assistência Social –
215 FONSEAS, comunicou que o FONSEAS realizou a sua reunião ordinária no mês de abril, em que
216 foi finalizado o planejamento para 2019. Ilustrou que, dentre as atividades planejadas, está prevista
217 a realização dos encontros regionais no segundo semestre de 2019 e encontro nacional, que será
218 realizado em novembro/2019. Acrescentou que o FONSEAS participou do Ato em Defesa do
219 SUAS na Câmara dos Deputados. Seguindo para os informes do CONGEMAS, a Conselheira
220 Marisa Rodrigues da Silva, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de
221 Assistência Social – CONGEMAS, notificou que o CONGEMAS participou da reunião da Frente
222 Parlamentar em Defesa do SUAS na Câmara dos Deputados e que, foi realizado o Encontro
223 Regional do Nordeste, em que participou cerca de 1.000 pessoas e foi elaborada uma carta com os
224 indicativos, especialmente, em relação à necessidade da realização das Conferências de Assistência
225 Social em todas as esferas do governo. Relatou que o Encontro Regional da Região Sudeste será
226 realizado nos dias 15 e 16 de julho de 2019 no Rio de Janeiro/RJ e o Encontro Regional da Região
227 Sul será realizado nos dias 04 e 05 de julho de 2019 em Foz do Iguaçu/PR. Avançando para os
228 informes da CIT, o Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal, Representante do Fórum Regional dos
229 Usuários do SUAS da Amazônia Oriental – FORUSUAS/AOR, relatou que o Secretário Especial
230 do Desenvolvimento Social, Sr. Lelo Coimbra, assumiu a presidência da CIT, destacando as suas
231 principais explicações. Arrazou que foi discutido sobre o cronograma de bloqueio dos
232 beneficiários do BPC não cadastrados no Cadastro Único, que iniciará em julho de 2019 e finalizará
233 em junho de 2020 e que, o Presidente da CIT realizou uma explicação sobre as Conferências de
234 Assistência Social, alegando que o compromisso do Ministério é apenas com as conferências
235 ordinárias. Abrindo para os informes dos conselheiros, o Conselheiro Maurício José Silva Cunha,
236 Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI, comunicou que
237 participou da 10ª Reunião da Comissão Permanente do Direito ao Trabalho, à Educação e à
238 Seguridade Social do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, em que foram realizadas as
239 seguintes deliberações: i) realização de seminário para tratar sobre a violação dos direitos humanos
240 no âmbito das empresas em São Paulo; ii) aprovação de nota ao Ministro da Educação e ao
241 Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP alertando contra o
242 contingenciamento das universidades. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima notificou

243 que, nos dias 23 e 24 de abril de 2019, participou da Reunião Ordinária do Fórum Nacional dos
244 Conselhos Estaduais de Assistência Social - FONACEAS como representante do Conselho Estadual
245 de Assistência Social do Ceará – CEAS/CE, destacando que foi escolhida como presidente para a
246 gestão 2019/2020. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional
247 de Cegos do Brasil – ONCB, informou que esteve na Câmara dos Deputados na manhã do dia 07 de
248 maio de 2019 representando o CNAS em audiência pública convocada pelo Deputado Eduardo
249 Barbosa e pela Deputada Teresa Neuma, que tratou da questão do decreto que aborda a questão dos
250 conselhos. Destacou que colocou a defesa pela democracia e pela importância da continuidade dos
251 conselhos e que, o Deputado Eduardo Barbosa colocou-se a disposição para conversar e estudar a
252 realização de uma audiência pública nos próximos meses. Seguindo para o relato da Reunião da
253 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais realizada nos dias 02 e
254 03 de maio de 2019, a Aldenora Gomes González, Representante do Instituto Eco Vida, apresentou
255 os conselheiros e os membros da Secretaria Executiva presentes e discorreu que foram debatidos os
256 seguintes itens de pauta: Item I) Informes: a) aprovação do Parecer nº 00201/2019/CONJUR-
257 MC/CGU/AGU pelo Ministro Osmar Terra; b) Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS
258 prevista para os dias 05 e 06 de junho de 2019 em Brasília/DF. Encaminhamento: Encaminhar a
259 Presidência Ampliada do CNAS o assunto sobre manter a Reunião Descentralizada e Ampliada do
260 CNAS prevista para os dias 05 e 06 de junho de 2019 em Brasília/DF; Item II) Continuação do
261 Processo de Monitoramento das Deliberações das Conferências. Encaminhamentos: 01) Criar
262 Observatório de Monitoramento de Deliberações das Conferências, um ambiente virtual. Sugestão
263 inicial de haver três colunas: 1- Deliberações com o texto físico, 2 – Ações e 3 – Resultados, com
264 barra de rolagem de texto com preenchimento periódico. Publicar no *site* do CNAS, na aba das
265 conferências, a ferramenta de monitoramento das deliberações das conferências e o conteúdo do
266 quadro da versão de março de 2019, informando sobre as deliberações e as ações já realizadas no
267 modelo. Como sugestão, seria importante que fosse possível a extração do documento completo na
268 extensão PDF e que houvesse monitoramento em botão *drop-down* na linha de descrição de cada
269 deliberação. Esse instrumental poderá ser referência para padronização da metodologia de
270 acompanhamento das deliberações para estados e municípios; 02) Solicitar ao Ministério da
271 Cidadania a presença de mais um técnico que tenha visão geral das áreas da Assistência Social para
272 participar como convidado das reuniões dessa comissão, com o papel de articular com as áreas
273 competentes o cumprimento das deliberações das conferências nacionais; 03) Encaminhar ao

274 Ministério da Cidadania o quadro com as deliberações da conferência nacional e solicitar retorno
275 até 15 de julho de 2019, solicitando a explicitação de quais ações foram tomadas pelo Ministério, as
276 normativas pertinentes e quais os resultados quantitativos e qualitativos foram alcançados (último
277 dado disponível); 04) Definição da temporalidade para realização de novas solicitações de
278 informações a SNAS para o monitoramento: maio de 2019, novembro de 2019, maio de 2020,
279 novembro de 2020, maio de 2021 e setembro 2021; 05) A Secretaria Executiva fará leitura do
280 Acórdão TCU nº 2404/2017 para extrair as recomendações do TCU sobre o acompanhamento de
281 deliberações de conferências por parte dos Conselhos de Assistência Social; 05) Com relação ao
282 acompanhamento da Deliberação nº 01 do Eixo I, propor articulação do CNAS com a Frente
283 Parlamentar em Defesa do SUAS para discussão do orçamento com a participação dos conselheiros
284 da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; 06) Enviar *e-mail* ao
285 conselheiro representante do Ministério da Saúde solicitando que traga, na próxima reunião
286 ordinária do CNAS, informação sobre a campanha “Somos Amigas e Amigos das Causas”, que
287 lança abaixo assinado contra a Emenda Constitucional nº 95/2016 a ser enviada ao Supremo
288 Tribunal Federal – STF na primeira semana de agosto de 2019; 07) Quanto a Deliberação nº 04 do
289 Eixo I, solicitar a SNAS informação mais recente em relação ao cofinanciamento de Benefícios
290 Eventuais considerando o Pacto de Aprimoramento da Gestão 2016/2019. Item III) Definição da
291 pauta de agosto de 2019: Continuação da análise das deliberações em consonância com as
292 normativas do SUAS vigentes e a realidade atual da implementação da Política de Assistência
293 Social; Apresentação pela equipe da Secretaria Executiva pelos itens apontados pelo Acórdão TCU
294 nº 2404/2017 sobre o acompanhamento de deliberações das conferências pelos Conselhos de
295 Assistência Social. Abrindo para manifestações dos conselheiros, a Conselheira Mariana de Sousa
296 Machado Neris arrazoou que ficou com dúvidas em relação ao encaminhamento sobre a realização
297 da Reunião Descentralizada do CNAS em Brasília/DF e a Conselheira Aldenora Gomes González
298 esclareceu que receberam a informação de que não teriam condições de dialogar diretamente com o
299 Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS/DF sobre a realização dessa reunião e
300 consensuaram em remeter essa situação para a Presidência Ampliada avaliar. A Presidente Norma
301 Suely de Souza Carvalho ponderou que essa questão será tratada no relato da reunião da Presidência
302 Ampliada e acrescentou que possuem informações de que já está em andamento a regularização da
303 situação do CAS/DF. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris questionou como será
304 operacionalizada a criação do Observatório de Monitoramento e observou que seria necessário

305 ajustar a composição da comissão, com a presença permanente do representante do Ministério da
306 Cidadania - MC. Sugeriu que o quadro das deliberações nacionais seja encaminhado ao FONSEAS
307 e ao CONGEMAS em virtude de algumas deliberações impactarem as gestões municipais e
308 estaduais e questionou se seria uma atribuição que a SNAS deveria explicitar sobre os Benefícios
309 Eventuais, já que esses benefícios são de competência de municípios e estados, propondo suprimir
310 os itens que tratam de matéria própria das deliberações. A Conselheira Aldenora Gomes González
311 compreendeu que é importante encaminhar esse quadro ao FONSEAS e ao CONGEMAS e o
312 Conselheiro Josenildo André Barboza, Representante do Colegiado Nacional de Gestores
313 Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, esclareceu que o observatório tem o objetivo de
314 dar publicidade as deliberações e não entraram na questão de gastos ou de despesas e afirmou que
315 concorda com a supressão dos itens que tratam de matéria própria das deliberações. O Conselheiro
316 Allan Camello Silva esclareceu que não existe recomendação ou determinação no Acórdão TCU nº
317 2404/2017 com o foco na conferência nacional e sim, no controle social e o Conselheiro Josenildo
318 André Barboza ponderou que podem ajustar o encaminhamento. A Conselheira Aldenora Gomes
319 González compreendeu que, a partir do momento que é retirado o foco no monitoramento e passa
320 para o controle social, o encaminhamento poderia ser tratado pela Comissão de Acompanhamento
321 aos Conselhos de Assistência Social. Diante disso, ilustrou que poderiam retirar o segundo item de
322 pauta da próxima reunião. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva compreendeu que essa questão
323 pode ser inserida no plano da Comissão e a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima solicitou
324 um esclarecimento sobre o motivo da retirada do item que trata do fornecimento de informação
325 mais recente em relação ao cofinanciamento de Benefícios Eventuais considerando o Pacto de
326 Aprimoramento da Gestão 2016/2019, uma vez que essa questão pode ser informada através do
327 Censo SUAS 2018. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris ponderou que da maneira que
328 é elaborado o encaminhamento estão trazendo para a comissão a discussão sobre o Pacto de
329 Aprimoramento da Gestão, que foge do escopo da mesma e o Conselheiro Josenildo André Barboza
330 esclareceu que esse assunto foi tratado por haver uma ação da Comissão com o objetivo visitar as
331 ações das demais comissões. A Conselheira Aldenora Gomes González registrou que considera um
332 grande prejuízo que a memória da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências
333 não seja apreciada na reunião da Presidência Ampliada. A Presidente Norma Suely de Souza
334 Carvalho postulou que será apresentada sobre a questão do formato das reuniões do CNAS no relato
335 da reunião da Presidência Ampliada, compreendendo que poderão discutir sobre a maneira de levar

336 as discussões das comissões. Não havendo mais nenhuma manifestação, o relato da Reunião da
337 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais foi aprovado.
338 Prosseguindo para o relato da III Reunião Ordinária da Comissão de Acompanhamento de
339 Benefícios e Transferência de Renda realizada no dia 06 de maio de 2019, o Conselheiro Bruno
340 Henrique Benfica da Câmara Pinto, Representante do Ministério da Cidadania, elencou os
341 conselheiros, convidados, ouvintes e membros da Secretaria Executiva presentes e discorreu que
342 foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Apresentação dos projetos de lei ou proposições
343 relacionadas ao Programa Bolsa Família – PBF, BCP e Benefícios Eventuais. Encaminhamentos:
344 01) Que as reuniões da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda
345 sejam mensais considerando a sua relevância na defesa estratégica da garantia dos benefícios
346 socioassistenciais e das transferências de renda; 02) Realização de reunião extraordinária da
347 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, em junho de 2019,
348 segunda-feira antes da Plenária, para estudo interno sobre questões conceituais do BPC levando em
349 consideração as reflexões que foram realizadas nessa reunião, tendo como convidada a SNAS/MC;
350 03) Sugestão de que o CNAS realize incidência política em defesa do BPC na reforma da
351 Previdência a partir da aprovação da nota em defesa do BPC; 04) Que a reunião ordinária da
352 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, em agosto de 2019, seja
353 para discussão do BPC. A saber: Reunião de 05 de agosto de 2019, de 09h00 as 18h00: Fechamento
354 das reflexões da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda com
355 relação ao BPC para apresentação aos deputados e senadores e demandas internas; Discussão do
356 BPC a partir da perspectiva dos projetos de lei e outros proposições em tramitação na Câmara dos
357 Deputados e no Senado Federal; 05) Encaminhar aos conselheiros as apresentações dessa reunião;
358 06) Encaminhar, aos conselheiros dessa comissão, as listas de composição das Comissões da Pessoa
359 Idosa e da Pessoa com Deficiência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item II)
360 Definição da pauta da reunião extraordinária de junho de 2019: Estudo interno sobre questões
361 conceituais do BPC, levando-se em consideração as reflexões que foram realizadas nesta reunião.
362 Abrindo para manifestações dos conselheiros, a Conselheira Irene Rodrigues da Silva,
363 Representante da Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal -
364 CONFETAM/CUT, solicitou esclarecimentos sobre o conjunto de projetos apresentados,
365 questionando se está incluída a proposta da reforma da Previdência. O Conselheiro Bruno Henrique
366 Benfica da Câmara Pinto observou que o documento em defesa do BPC poderá ser encaminhado ao

367 Congresso Nacional pelo CNAS e o Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira, Representante da
368 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT - CNTSS/CUT, explanou
369 que está claro que a ideia da reforma da Previdência é escalonar o BPC, questionando como essa
370 questão será focada nos debates. O Conselheiro Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto ilustrou
371 que não se debruçaram sob a proposta do BPC na reforma da Previdência, uma vez que possuem o
372 entendimento que o plenário do CNAS já havia se manifestado pela sua retirada do texto. A
373 Conselheira Ivone Maggioni Fiore, Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e
374 Amigos dos Excepcionais – FENAPAES, solicitou que a presidência realizasse uma revisão da
375 decisão de não realizar a reunião extraordinária em junho de 2019 e a Presidente Norma Suely de
376 Souza Carvalho esclareceu que não será possível realizar essa reunião em junho por ter reunião do
377 Grupo de Trabalho da Primeira Infância e das comissões para discussão conjunta para discussão da
378 Resolução nº 237, na segunda-feira e na terça-feira antes da Plenária, havendo um conflito de
379 agendas. Complementou que a Reunião Descentralizada do CNAS será realizada em julho de 2019
380 e não há reuniões de comissões e compreendeu que poderiam pensar em alguma forma dos
381 membros dessa comissão se reunir durante a Reunião Descentralizada do CNAS, para começar a
382 pensar algumas questões. A Conselheira Solange Bueno, Representante do Fórum Nacional dos
383 Usuários do SUAS, discorreu que entende a questão de conflito de agenda, todavia, destacou que a
384 comissão tem colocado que essa pauta seria prioritária no CNAS desde 2018. Sugeriu que fosse
385 realizada a leitura da nota sobre o BPC que foi elaborada pela Comissão de Normas da Assistência
386 Social nesse momento. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho observou que a reunião
387 poderá ser realizada em junho caso alguma reunião mencionada anteriormente seja desmarcada e a
388 Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris parabenizou o trabalho realizado pela comissão em
389 relação ao BPC e por sua capacidade técnica de acompanhamento das alterações normativas e
390 legislativas que impactam diretamente a Assistência Social. Sugeriu que fosse convidado o
391 Ministério da Cidadania - MC e não a SNAS, uma vez que existe na estrutura do Gabinete do
392 Ministro a Assessoria Parlamentar. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho ponderou que,
393 caso não haja o cancelamento das reuniões, a reunião extraordinária será realizada em setembro de
394 2019. Não havendo mais nenhuma manifestação, o relato da III Reunião Ordinária da Comissão de
395 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda foi aprovado por unanimidade. Havendo
396 consenso em relação à leitura da Nota do CNAS em Defesa do BPC, a Conselheira Vânia Maria
397 Machado, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI, realizou a sua leitura e

398 foram realizadas alterações consensuadas entre os conselheiros. A Presidente Norma Suely de
399 Souza Carvalho colocou a nota para aprovação dos conselheiros, que foi aprovada por unanimidade.
400 Prosseguindo para a apresentação da palestra sobre a “Seguridade Social”, a Sra. Luciana Jaccoud,
401 Professora e Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, cumprimentou a
402 todos e arrazoou que o arranjo da Seguridade Social reúne as políticas de Saúde, Previdência Social
403 e Assistência Social, todas ancoradas no princípio de direitos sociais. Apresentou um quadro da
404 Seguridade Social em termos de benefícios monetários, destacando que são pagos cerca de 34,5
405 milhões de benefícios relacionados ao RGPS Urbano, ao RGPS Rural e ao BPC e que, 65%
406 possuem o valor de um salário mínimo. Postulou que a contribuição da Previdência Social
407 contribuiu para a queda da pobreza de 28.2 milhões brasileiros e destacou que o impacto
408 distributivo é muito grande, sendo que menos de 1% dos idosos brasileiros possuem uma renda
409 abaixo de ¼ do salário mínimo e apenas 10% vivem em situação de pobreza. Relatou que existe um
410 contexto atual de austeridade fiscal, que deu origem a uma alteração significativa na base de gastos
411 do Governo Federal e que, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu um
412 novo regime fiscal, explicando o mesmo. Expôs um gráfico confirmando a disputa orçamentária
413 existente e articulou que os principais desafios são: i) gastos com benefícios e serviços
414 socioassistenciais; ii) coordenação federativa e seus instrumentos; iii) descentralização e
415 desvinculação do orçamento com políticas sociais; iv) garantia dos direitos sociais; v) processo e
416 instâncias de participação social. Realizada a explicação de cada desafio, salientou que há uma
417 repercussão automática nos demais pilares da Seguridade Social quando se altera apenas um dos
418 pilares. Abrindo para manifestações dos conselheiros, o Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal
419 ilustrou que a apresentação mostrou o motivo do governo querer fechar os conselhos e não
420 convocar as conferências, tendo em vista que os mesmos são núcleos de resistência e solicitou
421 esclarecimentos sobre Regime de Previdência de Capitalização. O Conselheiro Ayrton Maurício
422 Azeredo Silva questionou qual seria a sugestão para reverter o quando de achatamento dos gastos
423 discricionários e a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins relatou que existe uma questão
424 interna sobre o acesso do estrangeiro ao BPC e questionou como podem estudar sobre o trabalhador
425 sem capacidade contributiva. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira compreendeu que o
426 Sistema Financeiro está por trás da reforma fiscal sob os direitos dos trabalhadores e destacou que
427 essa questão é uma afronta a história deste país. Indagou como será realizada a opção ao regime de
428 repartição e de capitalização. O Conselheiro Allan Camello Silva questionou se existem dados sobre

429 a cobertura assistencial de idosos nos estados e compreendeu que existem questões centrais, que
430 estão ficando a margem das discussões e precisam ser centralizadas. A Conselheira Solange Bueno
431 comentou que a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda tem
432 tentado acompanhar e estudar tudo que está acontecendo em relação ao BPC, solicitando que seja
433 explanada sobre a criação de vários projetos de lei envolvendo esse tema. O Conselheiro Bruno
434 Henrique Benfica da Câmara Pinto compreendeu que a apresentação realizada aperfeiçoa o papel de
435 ator político do CNAS no processo e postulou que não consegue observar outra política pública no
436 Brasil que possui elementos de coesão social do que o Sistema de Repartição, destacando que a sua
437 eliminação é um golpe ao contrato social brasileiro. Questionou se o IPEA tem dados sobre a
438 reflexão dos membros do Congresso Nacional em relação ao BPC. A Conselheira Mariana de Sousa
439 Machado Neris intuiu que não existe tema mais importante do que a Seguridade Social para esse
440 Conselho, observando que isso faz refletir que o papel do CNAS é bastante estratégico do ponto de
441 vista das políticas sociais. Registrou que, em 2014, houve um volume de recursos que custearam o
442 BPC e a Renda Mensal Vitalícia na ordem de R\$ 37.500.000.000,00, sendo que para 2018 houve
443 um aumento de 57,5% (R\$ 55.161.000.000,00). Complementou que, para os serviços, houve um
444 volume de R\$ 2.483.000.000,00 em 2014 e uma redução de 27,5% para 2018 (R\$ 1.797.000.000,00)
445 e a isenção fiscal da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS de R\$
446 901.000.000,00 em 2014 e um acréscimo de 58,7% para 2018 (R\$ 1.436.000.000,00). Indagou se a
447 Sra. Luciana Jaccoud poderia sugerir outros espaços para levar esse conhecimento e convencer
448 aqueles que ainda são contrários. A Sra. Ana Lígia Gomes, Representante da Frente em Defesa ao
449 SUAS, ponderou que existe uma alegação de as pessoas deixariam de contribuir para a Previdência
450 Social para ser beneficiário do BPC, porém, observou que existem dados que mostram que a
451 maioria dos beneficiários do BPC já contribuíram. Solicitou que fosse explanada sobre a
452 problemática dos idosos. A Sra. Régia Maria Prado, Representante do Conselho Federal de Serviço
453 Social – CFESS, questionou se existe relação da Desvinculação da Receita da União – DRU com o
454 déficit da Previdência e compreendeu que a reforma desmonta a Previdência e toda a Seguridade
455 Social. A Sra. Luciana Jaccoud esclareceu que o regime de capitalização funciona para os
456 trabalhadores que estão no mercado de trabalho e possuem capacidade contributiva, entretanto,
457 ressaltou que esse regime atinge diretamente a proteção social. Arrazoou que estão no pior
458 momento para reformular o Sistema de Proteção Social e que, existem estudos que mostram que
459 países com maior desigualdade e menor Sistema de Proteção Social possuem o pior desempenho em

460 um conjunto amplo de indicadores. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho agradeceu pela
461 explanação e passou para a discussão sobre a Resolução CNAS nº 15, de 25 de abril de 2019, que
462 revoga as Resoluções CNAS nº 12, 13, 14, de 18 de abril de 2019, publicadas no DOU de 25 de
463 abril de 2019, realizando a sua leitura. Abrindo para manifestações dos conselheiros, a Conselheira
464 Margareth Alves Dallaruvera, Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais –
465 FENAS, registrou que estão passando por uma situação constrangedora nesse Conselho e solicitou
466 que todos refletissem para que não ocorresse essa questão também com seus atos. Compreendeu
467 que precisam ficar muito atentos, uma vez que são os guardiões da Política Nacional de Assistência
468 Social e afirmou que não podem submeter aos interesses de nenhum ministro. A Conselheira
469 Mariana de Sousa Machado Neris ponderou que não gostaria que acirrassem mais o
470 constrangimento desse fórum, tendo em vista que já realizaram toda a discussão sobre a conferência
471 extraordinária. Explanou que os motivos apresentados pelo Governo Federal de valorização das
472 conferências ordinárias permanecem. A Conselheira Irene Rodrigues da Silva intuiu que esse debate
473 pode está encerrado no CNAS, porém, afirmou que não concorda que precisam aprovar o mérito.
474 Discorreu que a sua entidade fará o possível para que o Plano Decenal de Assistência Social, a
475 Política de Assistência Social e o direito constitucional dos brasileiros sejam cumpridos. A
476 Conselheira Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa, Representante do Ministério da Cidadania,
477 entendeu que é importante fazer uma reflexão sobre o que está sendo pactuado, a fim de que não
478 passem por situações que desgastem a imagem do CNAS e o Conselheiro Benedito Augusto de
479 Oliveira explanou que os estados e alguns municípios realizarão as suas conferências por entender o
480 momento político que está sendo vivido e ressaltou que seria muito importante que fosse realizada a
481 Conferência Extraordinária Nacional, uma vez que existe uma retração política. O Conselheiro
482 Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto ponderou que a sua atuação nesse Conselho tem sido
483 pautada pela independência e pela consciência do que é melhor para o interesse da Política de
484 Assistência Social e a Conselheira Célia Maira de Souza Melo Lima observou que, de fato, existem
485 alguns estados que estão convocando as suas conferências, pois em suas leis está definido que a
486 realização das mesmas serão a cada dois anos e arrazoou que haverá uma posição formal dos
487 Secretários de Estado na próxima reunião do FONSEAS. Finalizadas as manifestações, a
488 Conselheira Aldenora Gomes González realizou a leitura da Nota de
489 Esclarecimento/Posicionamento sobre a Resolução CNAS nº 15, de 25 de abril de 2019, da
490 Sociedade Civil e do CONGEMAS. A Sra. Ana Lígia Gomes registrou que existe uma disputa de

491 narrativa e compreendeu que esse assunto não pode se encerrar. Solicitou que o FONSEAS não
492 desmobilize as conferências que serão realizadas pelos estados em razão de recursos financeiros e
493 questionou se o CNAS desconsiderará as mobilizações dos estados e municípios. A Sra. Régia
494 Maria Prado lamentou pela não realização da conferência e entendeu que não podem perder a
495 dimensão da totalidade da mesma. **ENCERRAMENTO 08/05/2019:** A Presidente Norma Suely de
496 Souza Carvalho agradeceu a presença de todos e encerrou o primeiro dia da 275ª Reunião Ordinária
497 do CNAS **ABERTURA: 09/05/2019:** A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho iniciou o
498 segundo dia da 275ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e solicitou que fosse
499 realizada a verificação do quórum. Verificado o quórum, passou ao relato da reunião da Presidência
500 Ampliada realizada no dia 07 de maio de 2019, apresentando os participantes e membros da
501 Secretaria Executiva presentes e postulou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I)
502 Indicação dos conselheiros para as Reuniões Regionais do CNAS: a) Reunião Regional
503 Sul/Sudeste, em Vitória/ES, nos dias 27 e 27 de maio de 2019 – Conselheiras Norma Suely de
504 Souza Carvalho e Kariny Geralda Alves Veiga; b) Reunião Regional Norte, em Boa Vista/RR, nos
505 dias 30 e 31 de maio de 2019 – Conselheiros Aguinaldo Umberto Leal e Márcio Fernandes
506 Maurício; c) Reunião Regional Centro-Oeste, em Goiânia/GO, nos dias 30 e 31 de maio de 2019 –
507 Conselheiras Margareth Alves Dallaruvera e Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa; d)
508 Reunião Regional Nordeste, em Natal/RN, nos dias 11 e 12 de junho de 2019 – Conselheiras Norma
509 Suely de Souza Carvalho e Marisa Rodrigues da Silva. Item II) Prorrogação do Grupo de Trabalho
510 Indígena válido até maio de 2019. Encaminhamentos: 01) Sugestão que a reunião ocorra no dia 17
511 de junho de 2019, as 16h00; 02) Prorrogação de prazo por 90 dias. Item III) Definir a data do Grupo
512 de Trabalho sobre a Primeira Infância válido até abril de 2019 e sobre a sua prorrogação.
513 Encaminhamentos: 01) Sugestão que a reunião ocorra no dia 07 de junho de 2019, das 09h00 às
514 16h00; 02) Prorrogação de prazo por 120 dias a partir de 20 de abril de 2019. Item IV) Proposta de
515 novo formato das reuniões do CNAS. Encaminhamento: A Presidência Ampliada propõe que o
516 assunto seja discutido entre os segmentos dos conselheiros nacionais e depois seja pautado nas
517 comissões temática e por fim na Presidência Ampliada, para levar ao Pleno uma proposta de
518 potencializar a dinâmica no Pleno. Item V) Fluxo do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
519 – SCDP. Encaminhamentos: 01) Encaminhar ofício para a SNAS solicitando que verifique a
520 possibilidade de utilizar o processo de emissão de passagem para as reuniões ordinárias do CNAS,
521 considerando economicidade para o CNAS com a emissão de passagens com antecedência, bem

522 como, a necessidade de que as diárias dos conselheiros sejam efetivadas antes das viagens. Item VI)
523 Suspensão dos trabalhos do Conselho Estadual de Assistência Social de Tocantins – CEAS/TO.
524 Encaminhamentos: 01) Encaminhar ofício circular para todos os CEAS perguntando qual é a real
525 situação de funcionamento dos conselhos e solicitar que sejam elencados os maiores desafios para o
526 exercício do controle social no estado; 02) Fazer ofício para o governo estadual esclarecendo sobre
527 a gravidade da suspensão de atividade do CEAS/TO e solicitando providência. Item VII) Ofício nº
528 046/2019 da ONCB. Item VIII) Informes sobre o Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de
529 Atos Normativos do Poder Executivo – PDC nº 1037/2018. Item IV) Convites: a) Comemoração
530 dos 30 anos da fundação da Associação Nacional de Equoterapia – Ande-Brasil, que será realizado
531 no dia 11 de maio de 2019, as 10h00, na sede da Associação na Granja do Torto. Encaminhamento:
532 Agradecer o convite e informar que o CNAS não poderá participar; b) Participação na mesa de
533 abertura da Oficina “Políticas Públicas no Enfrentamento das Violências LGBTfóbicas” da Reunião
534 Extraordinária do CNCD, que acontecerá no dia 14 de maio de 2019, das 14h00 às 14h30, na sede
535 da Secretaria Nacional de Proteção Global, em Brasília/DF. Encaminhamento: A Conselheira
536 Raquel de Fátima Antunes Martins representará o CNAS; c) Fórum Estadual dos Usuários do
537 Sistema Único de Assistência Social de Santa Catarina convoca e convida todos(as) os(as)
538 coordenadores(as), usuários(as) do SUAS, assessores(as) técnicos(as) e demais interessados(as) a
539 participarem da Reunião Ordinária do Fórum Estadual dos Usuários do Sistema Único de
540 Assistência Social de Santa Catarina, no dia 22 de maio de 2019, as 09h00, em Florianópolis/SC.
541 Encaminhamento: A Conselheira Solange Bueno representará o CNAS; d) O Presidente da
542 Comissão Permanente de Direitos Humanos - CPDH, Senador Paulo Paim, enviou convite nº
543 28/2019 CPDH para a mesa de debate da audiência pública da CPDH – Senado Federal – no dia 27
544 de maio de 2019, as 09h00. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realizará,
545 no dia 27 de maio de 2019, as 09h00, no Plenário nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado
546 Federal, audiência pública para debater sobre: Participação Social e Fortalecimento dos Órgãos
547 Colegiados, para qual gostaria da presença do CNAS para a mesa de debates. Encaminhamento:
548 Consultar a Conselheiro Aldenora Gomes González sobre a disponibilidade de representar o CNAS
549 nessa audiência; e) Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos – CPDH, Deputada
550 Lídice da Mata, enviou convite para audiência para audiência da Comissão de Defesa dos Direitos
551 da Pessoa Idosa - CNDI, no dia 14 de maio de 2019, as 15h00, no Plenário nº 10 – Anexo II da
552 Câmara dos Deputados. Audiência Pública para debater o Decreto nº 5.759/2019, que extingue os

553 conselhos de participação social e a continuidade do CNDI. Encaminhamento: Comunicar que não
554 temos nenhum conselheiro da sociedade civil que reside em Brasília/DF e que os conselheiros do
555 governo já estão comprometidos em outros eventos na mesma data, por isso a impossibilidade de
556 participação do CNAS. Item X) Informes: a) Nota Pública sobre o Ensino Domiciliar
557 (*Homeschooler*) aprovada no Plenário da 281ª Assembleia Ordinária do CONANDA, no dia 24 de
558 abril de 2019, por meio do qual o CONANDA manifesta-se contrário as referidas propostas
559 legislativas que pretendem regulamentar o ensino domiciliar e recomenda o imediato arquivamento
560 das propostas; c) Moção contra o fechamento dos conselhos e comissões do Conselho Municipal de
561 Assistência Social de Amparo/SP; d) Solicitação de audiência com a Deputada Benedita da Silva.
562 Encaminhamento: Aguardando retorno do gabinete da Deputada para tratar da discussão do PL
563 8420/2017, que dispõe sobre a organização da Assistência Social para alterar a composição do
564 CNAS. Item XI) Pauta da 276ª Reunião Ordinária do CNAS de 04 a 06 de junho de 2019: Dia
565 03/06/2019: das 09h00 às 18h00 – Reunião Conjunta da Comissão de Acompanhamento aos
566 Conselhos da Assistência Social e Comissão de Normas da Assistência Social. Dia 04/06/2019: das
567 09h00 às 16h00 – Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social e Reunião da Comissão
568 de Política de Assistência Social; das 09h00 às 12h00 – Reunião da Comissão de Financiamento e
569 Orçamento da Assistência Social e Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de
570 Assistência Social; das 14h00 às 16h00 – Reunião Conjunta da Comissão de Financiamento e
571 Orçamento da Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência
572 Social; das 16h00 às 18h00 – Reunião da Presidência Ampliada. Dia 05/06/2018 – 276ª Reunião
573 Ordinária do CNAS: 09h00 às 09h30 – Aprovação da Ata da 275ª Reunião Ordinária do CNAS e da
574 Pauta da 276ª Reunião Ordinária do CNAS; das 09h30 às 10h00 – Informes da
575 Presidência/Secretaria Executiva, Ministério da Cidadania - MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e
576 Conselheiros; das 10h00 às 10h30 – Eleição da Presidência 2019/2020; das 10h30 às 12h00 –
577 Apresentação do Projeto “Conexão Pro-Convivência Familiar: Filhos de Pais em Situação de
578 Cárcere”; das 14h00 às 16h00 – Apresentação das Estratégias de Incidência Política sobre o BPC e
579 divulgação da Nota em Defesa do BPC; das 16h00 às 18h00 – Refugiados. Dia 06/12/2019 –
580 Continuação da 276ª Reunião Ordinária do CNAS: das 09h00 às 10h00 – Relato da Presidência
581 Ampliada; das 10h00 às 11h00 – Relato da Comissão de Normas da Assistência Social; das 11h00
582 às 12h00 – Relato da Comissão de Política da Assistência Social; das 14h00 às 15h00 – Relato da
583 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; das 15h30 às 16h00 –

584 Relato da Comissão de Financiamento da Assistência Social e Relato da Comissão de Política da
585 Assistência Social; das 16h00 às 18h00 – Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos
586 da Assistência Social. Dia 07/06/2019: Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Primeira Infância.
587 Proposta de Pauta para a Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS, que será realizada em
588 julho de 2019: Dia 08/07/2019: as 09h00 às 17h00 - Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e
589 CAS/DF. Dia 09/07/2019 - Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS: 08h00 –
590 Credenciamento; 09h00 às 10h00 – Solenidade de Abertura; das 10h00 às 11h30 – Mesa de
591 Abertura; 11h30 às 12h30 – Debates; 12h30 às 14h00 – Almoço; das 14h00 às 14h30 – Informes;
592 das 14h30 às 17h00 – Mesa Temática; das 17h00 às 18h00 – Debates. Dia 10/07/2019 –
593 Continuação da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS: das 09h00 às 12h00 – Oficinas;
594 12h00 às 14h00 – Almoço; das 14h00 às 17h00 – Relato dos Debates das Oficinas; 17h00 –
595 Encerramento. Dia 11/07/2019: 277ª Reunião Ordinária do CNAS: 09h00 às 09h30 – Aprovação da
596 Ata da 276ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 277ª Reunião Ordinária do CNAS; das
597 09h30 às 10h00 – Informes da Presidência/Secretaria Executiva, Ministério da Cidadania,
598 FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros. Item XII) Informes e encaminhamentos das
599 comissões temáticas: a) Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda: i)
600 que as reuniões da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda sejam
601 mensais, considerando a sua relevância na defesa estratégia da garantia dos benefícios
602 socioassistenciais e transferência de renda. Encaminhamento: Registrado o pedido e o mesmo será
603 analisado de acordo com o art. 42 e o art. 44 da Resolução CNAS nº06/2011 – Regimento Interno
604 do CNAS e com o art. 3º da Resolução CNAS nº 15/2011, que dispõe sobre a periodicidade das
605 reuniões das comissões; ii) realização de uma reunião extraordinária da Comissão de
606 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda em junho, segunda-feira antes da
607 Plenária, para estudo interno sobre questões conceituais do BPC, levando-se em consideração as
608 reflexões que foram realizadas nessa reunião, tendo como convidada a SNAS/MC.
609 Encaminhamento: A reunião ordinária será realizada em agosto de 2019 e a extraordinária será
610 realizada em setembro de 2019; iii) sugestão que o CNAS realize incidência política em defesa do
611 BPC na reforma da Previdência após a aprovação da nota em defesa do BPC. Encaminhamento: A
612 incidência política será realizada no dia 05 de junho de 2019 e a nota será apresentada durante o
613 relato da Comissão de Normas da Assistência Social no dia 09 de maio de 2019; iv) proposta de
614 uma resolução do CNAS de recomendação de que os planos elaborados pelos órgãos gestores e

615 conselhos de defesa e garantia de direitos, que tenham sido ofertados pela Política de Assistência
616 Social, sejam deliberados também pelos respectivos Conselhos de Assistência Social a exemplo do
617 Plano Decenal do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Encaminhamento:
618 Solicitar esclarecimento a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima sobre esse item; b)
619 Comissão de Política da Assistência Social: i) proposta da realização do Painel “A Questão Racial e
620 o SUAS” no mês de junho com dois convidados, com diárias e passagem custeadas pelo CNAS.
621 Encaminhamento: Sugestão de convidar a Professora Zelma Madeira da Universidade Estadual do
622 Ceará - UECE e Célia Zenaide do Conselho Federal de Psicologia – CFP; ii) proposta de realização
623 do Painel “A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua” no mês de
624 agosto de com três convidados, com diárias e passagens custeadas pelo CNAS. Encaminhamento:
625 Aprovada a proposta da pauta para agosto de 2019; iii) sugestão da criação de um grupo de trabalho
626 para a construção de indicadores para acompanhar o Plano Decenal. Encaminhamento: Presidência
627 Ampliada acata a sugestão da instalação do grupo com previsão para início do mês de setembro de
628 2019 após a conclusão dos trabalhos e dos relatórios do GT Indígenas e GT Primeira Infância; c)
629 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: i) proposta de reunião conjunta da
630 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social com a Comissão de
631 Financiamento e Orçamento da Assistência Social para tratar das ações; ii) debater sobre o papel do
632 controle social e do controle institucional interno e externo no acompanhamento e execução da
633 execução financeira e orçamentária do FNAS no território; iii) melhorar orientação aos Conselhos
634 de Assistência Social para o acompanhamento das contas por meio de demonstrativo físico-
635 financeiro dos recursos federais e recursos do fundo do território. Encaminhamento: A Presidência
636 Ampliada acata a sugestão, que consta na pauta da 276ª Reunião Ordinária do CNAS; d) Comissão
637 de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais: i) proposta de manter a Reunião
638 Descentralizada e Ampliada do CNAS, nos dias 05 e 06 de junho de 2019, em Brasília/DF.
639 Encaminhamento: A Presidência Ampliada sugere que a Reunião Descentraliza e Ampliada do
640 CNAS seja realizada em julho de 2019, em local a confirmar; e) Comissão de Normas da
641 Assistência Social: i) elaborada nota em defesa do BPC, que será levada para aprovação da Plenária
642 durante a leitura da memória da Comissão de Normas da Assistência Social; ii) solicitação de
643 reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social e
644 Comissão de Normas da Assistência Social, no dia 04 de junho de 2019, no período da tarde, para
645 tratar sobre a Resolução nº 237/2006. Encaminhamento: Acatada a sugestão. Com a chegada do

646 convidado, o item de pauta foi interrompido e seguiu-se para a apresentação do Decreto nº 9.759, de
647 11 de abril de 2019 – Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da
648 administração pública federal. O Sr. Ricardo Cassiano, Representante da Consultoria Jurídica do
649 Ministério da Cidadania – CONJUR/MC, realizou uma breve exposição do conteúdo do Decreto nº
650 9.759, explicando cada artigo contido no mesmo. Destacou que lhe chamou mais atenção a
651 necessidade de cada órgão encaminhar a relação dos seus colegiados à Casa Civil até a data limite
652 de 28 de maio de 2019 e a possibilidade de recriar e criar novos colegiados, desde que sejam
653 observadas as regras dispostas no art. 6º. Abrindo para manifestações dos conselheiros, Vandré Luiz
654 Meneses Brilhante, Representante do Centro Integrado de Estudos e Programas de
655 Desenvolvimento Sustentável – CIEDS, questionou quais são as implicações desse decreto para o
656 CNAS e o Sr. Ricardo Cassiano esclareceu que esse decreto não possui nenhum efeito ao CNAS,
657 uma vez que o mesmo foi criado pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. O Conselheiro
658 Josenildo André Barboza indagou se esse decreto atinge a CIT e o Conselheiro Allan Camello Silva
659 ponderou que a CIT foi criada através de um ato derivado de uma resolução do CNAS, porém,
660 alegou que atualmente está formatada pela resolução da NOB-SUAS/2012. O Conselheiro Clóvis
661 Alberto Pereira compreendeu que estão ferindo o processo democrático e participativo quando é
662 cerceada a participação dos conselhos e a Conselheira Irene Rodrigues da Silva questionou como
663 ficará a situação dos colegiados criados a partir desse Conselho. O Conselheiro Ayrton Maurício
664 Azeredo Silva questionou se o CNAS seria contemplado no tempo estabelecido para as reuniões e o
665 Conselheiro Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto explicou que as comissões temáticas
666 permanentes e temporárias não serão atingidas, dado que estão contempladas no regimento interno
667 do CNAS. A Conselheira Solange Bueno ressaltou que vários conselhos com relação com a Política
668 de Assistência Social serão atingidos por esse decreto, o que traria grandes prejuízos para os
669 usuários e o Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal solicitou que fossem elencados quais são os
670 conselhos que estão garantidos. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho indagou se o efeito
671 da suspensão das atividades do conselho será imediata quando for encerrada a avaliação e se existe
672 outro documento previsto para definir para onde serão encaminhadas as questões desses conselhos
673 suspensos. O Sr. Ricardo Cassiano esclareceu que a CIT, a Mesa Nacional de Gestão do Trabalho e
674 o Núcleo Nacional de Educação Permanente – NUEP seriam suspensos de acordo com o decreto,
675 destacando que existe uma consulta formal da SNAS sobre esses colegiados. Complementou que
676 existe um entendimento que os órgãos internos dos conselhos fazem parte da sua atividade e não

677 seriam enquadrados no decreto. Afirmou que não possuem condições de elencar quais são os
678 colegiados abarcados pelo decreto e explanou que o órgão deve observar alguns critérios quando for
679 proposta a recriação ou manutenção, elencando os mesmos. A Presidente Norma Suely de Souza
680 Carvalho agradeceu pelos esclarecimentos e sugeriu que a SNAS remeta os pareceres da
681 CONJUR/MC com relação à CIT, à Mesa Nacional de Gestão do Trabalho e ao NUEP. O
682 Conselheiro Josenildo André Barboza propôs que também fossem remetidas as estratégias que estão
683 sendo elaboradas para manutenção desses colegiados e a Conselheira Kariny Geralda Alves Veiga
684 explicou que todas as secretarias vinculadas ao MC estão realizando o levantamento dos seus
685 colegiados. A Conselheira Irene Rodrigues da Silva questionou sobre a possibilidade do CNAS
686 elaborar uma nota ressaltando a importância da CIT, da Mesa Nacional de Gestão do Trabalho e do
687 NUEP. Havendo consenso pela importância da manutenção da CIT, da Mesa Nacional de Gestão do
688 Trabalho e do NUEP, sendo que a SNAS está se mobilizando para a permanência dos mesmos,
689 deliberou-se pela não elaboração de nota. Retornando ao relato da Reunião da Presidência
690 Ampliada, a Presidente Norma Suely de Souza Carvalho discorreu que existe uma correção com
691 relação às indicações dos conselheiros para as reuniões regionais, visto que ao invés da Conselheira
692 Norma Suely de Souza Carvalho será a Conselheira Aldenora Gomes González que participará da
693 Reunião Regional Norte. O Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal informou que o Secretário de
694 Estado do Tocantins nomeou a Secretária Executiva para o CEAS/TO, salientando que o conselho
695 foi reativado. O Conselheiro Ayrton Maurício Azeredo se propôs a participar da audiência pública
696 para debater o Decreto nº 5.759/2019, o que foi aprovado. A Conselheira Solange Bueno postulou
697 que estão na quinta sessão de discussão do PL 8.420/2017, compreendendo que, talvez, seria
698 interessante elaborar um ofício sobre a urgência dessa audiência pública. A Presidente Norma Suely
699 de Souza Carvalho concordou que podem elaborar esse ofício caso haja consenso do pleno e o
700 Conselheiro Allan Camello Silva observou que essa questão não foi debatida pelo CNAS,
701 afirmando que não concorda de fazer essa audiência sem debate. Após algumas discussões, foi
702 consensuado que a discussão do PL 8.420/2017 será realizada na 276ª Reunião Ordinária do CNAS.
703 A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho lembrou que a nota em defesa do BPC que seria lida
704 no relato da Comissão de Normas da Assistência Social já foi apresentada e aprovada no primeiro
705 dia de reunião. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima esclareceu que a proposta de
706 resolução do CNAS de recomendação de que os planos elaborados pelos órgãos gestores e
707 conselhos de defesa e garantia de direito não foi discutida na Comissão de Acompanhamento de

708 Benefícios e Transferência de Renda e sim na Comissão de Política de Assistência Social e realizou
709 a explicação sobre a indicação desse encaminhamento. A Presidente Norma Suely de Souza
710 Carvalho sugeriu convidar o CONANDA para participar da reunião da Comissão de Política da
711 Assistência Social para tratar desse tema, propondo que as resoluções que incluem serviços
712 remetidos a Assistência Social sejam aprovadas conjuntamente com os Conselhos de Assistência
713 Social. O Conselheiro Allan Camello Silva sugeriu que não seja criado um grupo de trabalho para
714 construção de indicadores para acompanhar o Plano Decenal e que essa pauta seja apreciada na
715 Comissão de Política da Assistência Social. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho
716 concordou com a explanação do conselheiro e propôs que essa pauta seja encaminhada para o plano
717 de ação da Comissão de Política da Assistência Social, que deliberará sobre o melhor momento para
718 tratar desse assunto, o que foi aprovado. Ponderou que a reunião conjunta Comissão de
719 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social e Comissão de Normas da Assistência
720 Social será realizada o dia todo ao invés de apenas no período da tarde. Com relação à pauta da 276ª
721 Reunião Ordinária do CNAS, discorreu que estão sugerindo alterar a apresentação do Projeto
722 “Conexão Pro-Convivência Familiar: Filhos de Pais em Situação de Cárcere” pela apresentação do
723 PL 8.420/2017, que dispõe sobre a organização da Assistência Social para alterar a composição do
724 CNAS e, o item sobre refugiados pela discussão do orçamento 2019. Sugeriu que a Comissão de
725 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda tente se reunir durante a Plenária para
726 avaliar as suas estratégias de incidência. Não havendo mais nenhuma manifestação, o relato da
727 Reunião da Presidência Ampliada foi aprovado. Seguindo para o relato da IV Reunião Ordinária da
728 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social realizada no dia 07 de maio de
729 2019, a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins elencou os conselheiros, convidados,
730 ouvintes e membros da Secretaria Executiva presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes
731 itens de pauta: Item I) Apresentação dos Parâmetros da Proposta Orçamentária para 2020.
732 Encaminhamento: A Comissão sugere a Plenária à aprovação dos Parâmetros da Proposta
733 Orçamentária para 2020. Item II) Apreciação do Relatório da Ação 8249 – Funcionamento dos
734 Conselhos – 1º Trimestre – Exercício de 2019. Encaminhamento: A Comissão sugere a Plenária à
735 aprovação do Relatório da Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos – 1º Trimestre – Exercício
736 de 2019. Item III) Acompanhamento da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2019. Encaminhamento:
737 A Comissão sugere à Plenária solicitar a Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO relato das
738 medidas que já foram tomadas pelo Ministério da Cidadania para recomposição do orçamento. Item

739 IV) Análise dos problemas enfrentados pelos municípios que impactam na baixa ações de
740 estruturação da rede. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere à Plenária propor ao FONSEAS e
741 ao CONGEMAS que seja realizada ação de articulação prévia mais efetiva dos gestores de
742 Assistência Social com os prefeitos e com os parlamentares para estruturação da rede e antecipação
743 de propostas para os deputados sobre as emendas parlamentares; 02) Encaminhar ofício para o
744 FONSEAS e o CONGEMAS sobre o diagnóstico realizado na Comissão e encaminhamento em
745 Plenária sobre a execução de emendas parlamentares e a necessidade de orientação aos gestores
746 relativa à importância de orientar os prefeitos e os deputados acerca das necessidades efetivas dos
747 municípios, para o fortalecimento da Política de Assistência Social. Item V) Apreciação da versão
748 final da cartilha com orientação para utilização dos 3% do IGD. Encaminhamento: A cartilha
749 aprovada pela Comissão de Financiamento e Orçamento de Assistência Social e pela Comissão de
750 Acompanhamentos aos Conselhos de Assistência Social será encaminhada a todos os conselheiros
751 para conhecimento e deverá aprovada no plenário na reunião de junho de 2019. Item VI) Definição
752 da pauta de junho: Apresentação e discussão do Plano Plurianual – PPA; Revisão do Manual de
753 Emendas Parlamentares; Acompanhamento da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2019. Abrindo
754 para manifestações dos conselheiros, foram realizados alguns esclarecimentos sobre a LOA 2019 e
755 o Conselheiro Josenildo André Barboza discordou da alegação de que o SUAS não está em risco
756 realizada pelo Conselheiro Allan Camello Silva. Aprovado por unanimidade o relato da IV Reunião
757 Ordinária da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, a Conselheira
758 Solange Bueno sugeriu que fosse efetuada uma ação junto com a Frente em Defesa do SUAS, para
759 que haja uma sensibilização em relação à complementação do orçamento de 2018 e de 2019. A
760 Presidente Norma Suely de Souza Carvalho solicitou uma alteração na pauta da 276ª Reunião
761 Ordinária do CNAS, porque a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de
762 Renda solicitou um momento para fazer a organização das suas estratégias no período da manhã,
763 sugerindo que o tema relacionado ao orçamento fosse transferido para o período da tarde e a
764 apresentação do PL 8.420/2017 seja transferida para o período da manhã, o que foi aprovado. A
765 Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins realizou a leitura da resolução, que aprova os
766 parâmetros da proposta orçamentária para a Assistência Social relativa o orçamento de 2020, visto
767 que foram realizados os esclarecimentos necessários aos conselheiros. A Presidente Norma Suely
768 de Souza Carvalho colocou a proposta de resolução para apreciação dos conselheiros, que foi
769 aprovada por unanimidade. O Sr. Jairo Maciel S. Dias, Presidente do Conselho Estadual de

770 Assistência Social do Maranhão – CEAS/MA, compreendeu que é necessária a força de todos os
771 atores da Assistência Social na realização de incidência sob o Congresso Nacional. Seguindo para o
772 relato da IV Reunião Ordinária da Comissão de Política da Assistência Social realizada no dia 07 de
773 maio de 2019, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera elencou os conselheiros, convidados e
774 membros da Secretaria Executiva presentes e arrazoou que foram debatidos os seguintes itens de
775 pauta: Item I) Debate sobre a interface do SUAS com o Sistema de Justiça – Discussão dos fluxos e
776 dos protocolos. Encaminhamentos: 01) Recomendar a SNAS e o MC a criação de um grupo de
777 trabalho para definir propostas de fluxos e protocolos da relação do SUAS com o Sistema de
778 Justiça, bem como, discutir a composição, as funções e o papel das equipes de trabalho do Sistema
779 de Justiça e do SUAS. Sugestão de atores que podem contribuir com o grupo de trabalho: SNAS,
780 CNMP, CNJ, CNAS e conselhos de categoriais profissionais que estão na Resolução CNAS nº
781 17/2011: CONANDA, CONGEMAS, CONSEAS, Confederação Nacional dos Municípios – CNM,
782 Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, Colégio Nacional de Defensores
783 Públicos Gerais – CONDEGE e Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares – FCNCT;
784 02) Que o produto do grupo de trabalho, coordenado pela SNAS/MC, possa retornar para
785 apreciação da Comissão e posterior discussão e aprovação de resolução conjunta
786 CNMP/CNJ/CNAS com nota técnica estabelecendo os fluxos e procedimentos da relação do SUAS
787 com o Sistema de Justiça. Item II) Demandas: a) consulta CMAS/BH sobre recâmbio protegido.
788 Observação: Assunto não foi discutido na Comissão, uma vez que estão aguardando o
789 posicionamento do CONANDA, que se reunirá no dia 23 de maio de 2019. Encaminhamento: Esse
790 tema voltará à pauta da Comissão a partir do recebimento da posição do CONANDA. Item III)
791 Outros Assuntos. Encaminhamento: Levar a consideração da Presidência Ampliada à proposta de
792 resolução do CNAS de recomendação de que os planos elaborados pelos órgãos gestores e pelos
793 conselhos de defesa e garantia de direitos, que tenham serviços ofertados na Política de Assistência
794 Social, sejam deliberados também pelos respectivos Conselhos de Assistência Social, a exemplo do
795 Plano Nacional do SINASE. Item IV) Definição das pautas de junho e julho de 2019: Junho de
796 2019: Painel “A Questão Racial e o SUAS”. Julho de 2019: Painel “A Política Nacional para
797 Inclusão Social da População em Situação Rua”. Encaminhamento: A Comissão de Política da
798 Assistência Social leva a consideração da Presidência Ampliada à realização do Painel “A Questão
799 Racial e o SUAS” no mês de junho, caso não se confirme a realização da Reunião Descentralizada e
800 Ampliada do CNAS. Sendo realizada a confirmação da reunião, o Painel “A Questão Racial e o

801 SUAS” será adiado para o mês de julho de 2019 e o Painel “A Política Nacional para Inclusão
802 Social da População em Situação Rua” será adiado para o mês de agosto de 2019. Não havendo
803 nenhuma manifestação, o relato da IV Reunião Ordinária da Comissão de Política da Assistência
804 Social foi aprovado por unanimidade. Passando ao relato da IV Reunião Ordinária da Comissão de
805 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social realizada no dia 07 de maio de 2019, a
806 Conselheira Rozangela Borota Teixeira, Representante da Federação Brasileira de Associações
807 Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA, elencou os conselheiros, convidados e os
808 membros da Secretaria Executiva presentes e relatou que foram debatidos os seguintes itens de
809 pauta: Item I) Informes: a) *e-mail* recebido pelo CNAS, no dia 03 de abril de 2019, com reclamação
810 da Sra. Jamile Barbosa Guimarães de Vasconcelos, eleita como conselheira municipal do Conselho
811 Municipal de Assistência Social de Fortaleza/CE, relatando sobre o desmonte do conselho por
812 meio da demissão da secretaria executiva e sobre a recusa da gestão em dar posse aos conselheiros
813 da sociedade civil eleitos para a gestão 2019/2021. Encaminhamentos: 01) Encaminhar ofício ao
814 órgão gestor municipal de Fortaleza/CE solicitando informações sobre a reclamação da
815 representante da sociedade civil eleita; 02) Enviar ofício ao CEAS/CE informando sobre o caso e
816 solicitando acompanhamento; 03) Responder ao solicitante informando sobre as providências que
817 foram tomadas; b) apresentação do cronograma elaborado com base no Plano de Ação da CAC a
818 pedido dos conselheiros da Comissão, para servir como ferramenta auxiliar para ajustar o tempo à
819 execução prevista das ações e metas do plano; c) avaliação dos conselheiros nacionais nas Reuniões
820 Regionais do CONGEMAS; d) pontuação das dificuldades relacionadas à questão da
821 representatividade da sociedade civil. Item II) Ações conjuntas com o FONSEAS previstas no Plano
822 de Ação da CAC. Encaminhamentos: 01) Proporcionar um debate do CNAS com o FONACEAS,
823 FONSEAS e CONGEMAS sobre quem são as representações dos usuários nos CEAS; 02)
824 Proporcionar debate com o FONSEAS e o FONACEAS sobre os desafios relacionados aos Planos
825 de Assistência Social segundo o Plano Decenal, Lei do SUAS e Pacto de Aprimoramento da Gestão
826 2016/2019; 03) Solicitar ao DGSUAS/SNAS acompanhamento dos Pactos de Aprimoramento da
827 Gestão 2016/2019, sobretudo, nas metas relacionadas ao controle social; 04) Solicitar ao FONSEAS
828 informação sobre o acompanhamento acerca das publicações das leis do SUAS nos estados, o
829 acompanhamento da elaboração dos Planos de Assistência Social Estaduais e o monitoramento do
830 II Plano Decenal de Assistência Social; 05) Solicitar ao FONSEAS, para que os governos estaduais
831 recém eleitos, pautem como meta dos seus mandatos a aprovação da lei do SUAS em seus estados

832 que não a possuem, aproveitando a oportunidade do período de elaboração do PPA e do Plano de
833 Assistência Social. Item III) Apresentação do DGSUAS/SNAS sobre a programação de
834 acompanhamento dos Planos de Assistência Social e o apoio técnico aos estados e municípios.
835 Encaminhamentos: 01) Solicitar ao DGSUAS/SNAS a relação nominal dos municípios que ainda
836 não regularização o processo de elaboração e aprovação de Plano de Assistência Social; 02)
837 Solicitar a SNAS/MC resposta ao Memorando nº 02/2018 SNAS/EC/CAC de 16 de outubro de
838 2018 – SEI Processo nº 71.000.049202 – 2018/35, que solicita aprimoramento no CadSUAS para
839 facilitar o acompanhamento da paridade e representatividade da sociedade civil nos Conselhos de
840 Assistência Social. Item IV) Discussão sobre a programação das Reuniões Regionais do CNAS em
841 maio de 2019 “O Acompanhamento do II Plano Decenal e do Pacto de Aprimoramento no âmbito
842 da Gestão e do Controle Social” e da Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e o CAS/DF em
843 junho de 2019 “Fomento ao Protagonismo dos Usuários na Gestão dos Serviços e nos CAS” com a
844 possibilidade de realização de oficinas. Encaminhamentos: 01) Alterar o tema das Reuniões
845 Regionais do CNAS para “Pacto de Aprimoramento no âmbito da Gestão e do Controle Social”; 02)
846 Construir agenda nacional que compreenda todos os entes estaduais da federação para elaboração e
847 atualização dos Planos de Assistência Social com a participação do controle social – Meta 07, Ação
848 01; 03) Proporcionar debate com o FONSEAS, o CONGEMAS e com o FONACEAS sobre o II
849 Plano Decenal, a Lei do SUAS e o Pacto de Aprimoramento da Gestão 2016/2019; 04) Encaminhar
850 ofício do CNAS aos CEAS perguntando como está se dando esse processo de acompanhamento em
851 nível estadual. A área de vigilância da SNAS enviará ao CNAS material sobre balanço
852 regionalizado do Pacto de Aprimoramento dos Estados e dos Municípios 2014/2017 como material
853 para montagem das apresentações das Reuniões Regionais; 05) Sugestão de programação para as
854 Reuniões Regionais: 1º dia/manhã: Apresentações: Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e
855 Pacto de Aprimoramento da Gestão da Gestão Municipal; 1º dia/tarde: Diálogo sobre os Planos de
856 Assistência Social, Pacto de Aprimoramento e Lei do SUAS. 2º dia/manhã: Apresentação da
857 Sistematizações dos diálogos e encerramento; 06) Construção de agenda nacional que compreenda
858 todos os entes estaduais da federação para elaboração e para atualização do Planos de Assistência
859 Social com a participação do controle Social; 07) Levar à Presidência Ampliada à sugestão da
860 instituição de um grupo de trabalho de monitoramento do II Plano Decenal de Assistência Social,
861 conforme Resolução CNAS nº 07/2016; 08) Levar à Presidência Ampliada à sugestão de mudança
862 de data da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS de junho de 2019 para julho 2019; 09)

863 Incluir um debate do CNAS com o FONACEAS, FONSEAS e CONGEMAS sobre quem são as
864 representações dos usuários nos CEAS na programa da Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS
865 e CAS/DF. Item V) Relato dos conselheiros nacionais que participaram de eventos de apoio técnico
866 exclusivos para conselheiros ofertados pelo Fundo Nacional de Assistência Social –FNAS. Item de
867 pauta não tratado e será apreciado na próxima reunião. Item IV) Definição da pauta de julho de
868 2019: Reunião Conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social
869 com a Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Abrindo para manifestações
870 dos conselheiros, a Conselheira Vânia Maria Machado solicitou que a comissão elencasse quais são
871 as principais dúvidas referente à representatividade da sociedade civil e a Conselheira Irene
872 Rodrigues da Silva esclareceu que surgiram dúvidas nas oficinas realizadas pelo CONGEMAS,
873 especialmente, sobre quem seriam os representantes de usuários e quais entidades podem
874 representar a sociedade civil. Observou que a próxima reunião será realizada em junho de 2019,
875 uma vez que a Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS foi transferida para julho de 2019 e
876 que, é necessário incluir o relato dos conselheiros nacionais que participaram de eventos de apoio
877 técnico exclusivos para conselheiros ofertados pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
878 na definição da pauta. Não havendo mais nenhuma manifestação, o relato da IV Reunião Ordinária
879 da Comissão de Acompanhamentos aos Conselhos de Assistência Social foi aprovado por
880 unanimidade. Seguindo para o relato da IV Reunião Ordinária da Comissão de Normas da
881 Assistência Social realizada no dia 07 de maio de 2019, a Conselheira Vânia Maira Machado expôs
882 os conselheiros, convidados, ouvintes e membros da Secretaria Executiva presentes e postulou que
883 foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Início da discussão sobre a revisão do processo
884 eleitoral da sociedade civil no CNAS. Encaminhamento: A Secretaria Executiva apresentará o
885 calendário do processo eleitoral da sociedade civil do CNAS na próxima reunião ordinária da
886 Comissão para apreciação dos conselheiros. Prevê dentro dos trabalhos da revisão da normativa do
887 processo eleitoral uma discussão ampliada com todos os conselheiros da sociedade civil da CNAS
888 junto com a Comissão sobre a minuta de resolução do processo eleitoral. Item II) Informes sobre o
889 Acórdão nº 2809/2009 e sobre a revisão da Resolução CNAS nº 237/2006. Encaminhamentos: 01)
890 Reenviar ofício para o Ministério Público pedindo manifestação do inquérito civil; 02) Os
891 Conselheiros Ayrton Maurício Azeredo Silva e Kariny Geralda Alves Veiga irão consultar a
892 CONJUR/MC sobre a matéria em questão com base nas discussões e entendimentos da Comissão
893 no dia 07 de maio de 2019; 03) Verificar junto a Presidência Ampliada a melhor data para a reunião

894 conjunta da Comissão de Normas e CAC sobre a revisão da Resolução CNAS nº 273 em virtude da
895 possível alteração do calendário do CNAS. Item III) Apresentação do Departamento da Rede
896 Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/SNAS do 1º Relatório Trimestral 2019 com as
897 informações sobre os Processos de Certificação de Entidades de Assistência Social, conforme
898 disposto no art. 1º da Resolução CNAS nº 18/2011. Encaminhamentos: 01) Enviar a apresentação
899 realizada pelo DRSP/SNAS aos conselheiros do CNAS; 02) Encaminhar o 1º Relatório Trimestral
900 2019 com as informações sobre os Processos de Certificação de Entidades de Assistência Social
901 para os CEAS e o CAS/DF, conforme disposto no §2º do art. 3º da Resolução CNAS nº 18/2011;
902 03) O DRSP/SNAS disponibilizará aos conselheiros informações dos prazos e dos recursos das
903 entidades e o passo a passo para responder as diligências. Item IV) Apresentação da Nota do CNAS
904 em defesa do BPC, tendo com referência do Decreto nº 9462, Medida Provisória nº 871/2019, PEC
905 nº 06/2019, Emenda Constitucional nº 95/2016 e Portaria nº 631/2019. Encaminhamento:
906 Apresentar a nota ao CNAS para aprovação do plenário. Item V) Continuação da análise das demais
907 matérias que estão pendentes na Coordenação de Normas. Esse item não pode ser apreciado e foi
908 anexada a pauta da próxima reunião. Item VI) Discussão sobre os pedidos de reconhecimento do
909 Sistema “S” no SUAS, em resposta a solicitação do CEAS/CE e CMAS/Belo Horizonte. Esse item
910 não pode ser apreciado e foi anexada a pauta da próxima reunião. Item VII) Definição da pauta de
911 junho de 2019: Informes sobre o Acórdão nº 2809 e sobre a revisão da Resolução CNAS nº
912 237/2006; Continuação da discussão sobre a revisão do processo eleitoral da sociedade civil no
913 CNAS; Continuação da análise das demais matérias que estão pendentes na Coordenação de
914 Normas; Discussão sobre os pedidos de reconhecimento do Sistema “S” no SUAS, em resposta a
915 solicitação do CEAS/CE e CMAS/Belo Horizonte; Revisão dos prazos estipulados no Plano de
916 Ação da Comissão. Abrindo para as manifestações dos conselheiros, a Conselheira Solange Bueno
917 explanou é necessário organizar os encaminhamentos em relação à nota apresentada e aprovada em
918 defesa do BPC e a Presidente Norma Suely de Souza Carvalho discorreu que essa questão será
919 tratada na reunião entre a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e
920 Comissão de Normas da Assistência Social, em horário alternativo, durante a plenária de junho de
921 2019. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira destacou que os prazos estão finalizando e entendeu
922 que não podem perder a oportunidade de agir com rapidez. A Presidente Norma Suely de Souza
923 Carvalho explanou que o CNAS não possui condições de custear as movimentações para essa
924 questão e compreendeu que seria viável que as organizações conseguissem aproximar das mesmas.

925 A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins intuiu que devem aproveitar que o Congresso
926 Nacional está se dedicando de maneira mais intensa e enviar essa nota para todos os deputados e a
927 Conselheira Vânia Maria Machado entendeu que é importante também enviar essa nota a outros
928 conselhos e as frentes parlamentares. Após várias manifestações, foi consensuado que os
929 conselheiros com disponibilidade poderão acompanhar a Conselheira Aldenora Gomes González na
930 audiência pública sobre a Participação Social e Fortalecimento dos Órgãos Colegiados e entregar a
931 nota aos deputados da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A Conselheira
932 Célia Maria de Souza Melo Lima observou que, no dia 21 de maio de 2019, será realizada a reunião
933 da CIT, em que estarão presentes alguns conselheiros nacionais que poderiam fazer outra
934 mobilização. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira sugeriu que seja definida uma audiência com os
935 dois deputados que estão movimentando as assinaturas para apresentar a nota. Não havendo mais
936 nenhuma manifestação, o relato da IV Reunião Ordinária da Comissão de Normas da Assistência
937 Social foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo para o relato do Grupo de Trabalho
938 Indígena/CNAS, a Conselheira Aldenora Gomes González elencou os conselheiros, convidados e
939 membros da Secretaria Executiva presentes e relatou que foram debatidos os seguintes itens de
940 pauta: Item I) Apresentação sobre povos indígenas e o papel atualmente desempenhado pela
941 Assistência Social. Item II) Debate sobre a conjuntura atual com base nos apontamentos realizados.
942 Item III) Prorrogação de vigência do GT e definição do seu produto. Encaminhamentos: 01) Enviar
943 a Presidência Ampliada à sugestão de prorrogação da vigência desse GT Indígena/CNAS; 02)
944 Convidar para a próxima reunião do GT Indígena/CNAS a Deputada Federal Joênia Wapichana; a
945 Secretária Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Sra. Silvia Nobre Waiãpi; membro
946 do GT da SNAS de Povos Indígenas da Proteção Social Especial para apresentação sobre o seu
947 trabalho sobre indígenas; e Sra. Júlia Zambone, com a apresentação do Relatório Indígena do GT do
948 CNAS/2006; 03) Encaminhar as apresentações feitas na reunião para todos os conselheiros do GT
949 Indígena do CNAS; 04) Solicitar a Secretaria da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher,
950 da Família e dos Direitos Humanos informação do módulo voltado ao atendimento de crianças e de
951 adolescentes na atuação dos conselhos tutelares modo escola de conselhos e na socioeducação em
952 meio aberto. Realizou a leitura da minuta de resolução, que prorroga por mais 90 dias o Grupo de
953 Trabalho Indígena com o objetivo de contribuir no acompanhamento e avaliação da gestão dos
954 recursos, impactos sociais e desempenho das ações da Rede de Serviços Socioassistenciais para a
955 população indígena. Não havendo nenhuma manifestação, o relato da Reunião do Grupo de

956 Trabalho Indígena e a minuta de resolução foram aprovados por unanimidade.

957 **ENCERRAMENTO:** A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho agradeceu a presença de todos

958 e encerrou a 275ª Reunião Ordinária do CNAS.

959

960

961

962

Norma Suely de Souza Carvalho

963

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

964

965

Brasília/DF,

966

Maio de 2019.